



A AUTORIA: ENTRE A MEMÓRIA DO DIZER E SEUS DESLOCAMENTOS  
(THE AUTHORSHIP: BETWEEN THE MEMORY OF SAYING AND THEIR  
DISLOCATIONS)

Maria do Rosario Valencise GREGOLIN (UNESP-Araraquara,SP)

**ABSTRACT:** *The aim of this paper is to analyse the process of the construction of subject and meaning in different discursive genres, based upon Foucault's theoretical proposals about the "author function" and its sense effects.*

**KEYWORDS:** *Discourse; Meaning; Author; Subjectivity*

### 1. O efeito "autoria" no discurso

A questão da autoria – elidida dos estudos da linguagem por força do imanentismo estruturalista – volta, cada vez mais, à cena como fruto dos desenvolvimentos atuais das teorias da enunciação. Tendo reincorporado o sujeito na análise, diferentes tendências buscam rearticular o texto ao seu autor. Evidentemente, o conceito de autoria será diferente, conforme o que se entenda por *sujeito* no interior de determinada teoria. Do ponto de vista teórico aqui adotado, que tem como baliza a proposta de Foucault (1992), trataremos o *efeito-autoria* como instalação, no discurso, da evidência de um sujeito submetido às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção dos sentidos.

Foucault (1992) nos convida a olhar retrospectivamente a história das condições de produção, de disseminação e de apropriação dos textos por meio da análise dos movimentos históricos da atribuição de um nome próprio a um texto. A criação da "função-autor", segundo Foucault, foi um processo que veio se desenvolvendo desde a época medieval, como um dos dispositivos que visaram a controlar a circulação dos textos e a dar-lhes autoridade por meio de uma assinatura legitimadora.

O conceito de *autoria* pode, assim, ser analisado do ponto de vista sócio-histórico, acompanhando a constituição do "autor" como um personagem criado na passagem do século XVII ao século XVIII, momento forte de individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das ciências. Colocando-se nessa visada histórica, Chartier (1998) retoma o conceito foucaultiano e propõe três dispositivos históricos que determinaram a construção da "função-autor": o *jurídico*, com a criação da propriedade de autoria; o *repressivo*, em que a autoria transformou-se em uma forma de responsabilidade - imputada pelas sociedades de poder - para o controle dos textos transgressores; e os *materiais* que, inscrevendo o autor no interior dos textos (como fotografia, como didascália), passaram a garantir a sua autenticidade frente aos copistas e imitadores. Esses dispositivos foram fundamentais, segundo Chartier (1998: 58) para a invenção – histórica – do autor.



Analisar a autoria na relação que o texto estabelece com o sujeito que o produziu significa conceber o sujeito da escrita como uma construção do próprio discurso. Não se trata, portanto, do sujeito empírico, nem do sujeito enquanto indivíduo. Esse “sujeito do discurso” está inscrito na materialidade do texto, na maneira como ele aponta para seu autor. Para Foucault (1992), o *desaparecimento do sujeito-indivíduo* é uma regra imanente da escrita que, em sua natureza, *é um jogo ordenado de signos* no qual acontece a *abertura de um espaço onde o sujeito da escrita está sempre a desaparecer*. A fundação de um espaço textual, pela escrita, obriga o sujeito a “representar-se” na relação com um corpo social e com uma instituição de saber, construindo uma figuração em que se enlaçam *enganos e segredos* (de Certeau, 1982: 95). É por esse motivo que determinados textos assumem explicitamente a existência da autoria – com a marca da assinatura – enquanto outros a apagam e a dissimulam. A marca ou a falta do “autor” estão ligadas ao gênero do discurso, já que um nome de autor caracteriza um certo modo de ser do discurso, indica que ele não é um discurso cotidiano, indiferente, flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas *que se trata de um discurso que deve ser recebido de uma certa maneira e que deve, em uma cultura, receber um certo estatuto* (Foucault, 1992: 46). A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos no interior de uma sociedade, e, por esse motivo, a reflexão sobre a autoria não pode estar desvinculada, do nosso ponto de vista, da discussão sobre os gêneros do discurso.

## 2. Autoria e gênero discursivo

Segundo Bakhtin (1997), as modalidades da enunciação estão constitutivamente articuladas aos gêneros discursivos, pois cada esfera da atividade social possui formas textuais cristalizadas. Os efeitos de sentido que circulam nos discursos produzidos em uma sociedade, constroem, com as formas discursivas típicas de cada um desses gêneros, as representações do imaginário de uma certa época.

As práticas sociais de textualização, correntes em certa época e em certa cultura, estão cristalizadas em formas textuais. Essa formalização faz com que o texto, do ponto de vista de sua realidade empírica, seja um objeto com começo, meio e fim; no entanto, como afirma Orlandi (1996), enquanto discurso, ele é marcado pela *incompletude*, pois relaciona-se com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso, a memória do dizer).

Essa heterogeneidade do discurso ocorre porque as práticas de textualização acontecem em lugares sociais organizados e reconhecidos como portadores de fala: o campo literário, o campo científico, o campo político, etc. As regras do *modo de dizer* condicionam todos os atos de fala sociais. Assim, toda produção de sentidos deve dar-se no interior desses campos institucionalmente constituídos como “lugares de onde se fala”. Falar do interior desses campos significa inserir-se em uma *formação discursiva* que determina os *modos de dizer* e aquilo que *se pode e se deve dizer* em certa época (Foucault, 1982). Esses campos não são, entretanto, fechados. Ao contrário, uma



formação discursiva é constantemente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais – por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos (Pêcheux, 1995: 314).

O interdiscurso é uma região de encontros e de confrontos de sentidos. A interpretação se alimenta exatamente dessa contradição: ao mesmo tempo em que os discursos se confraternizam eles se digladiam no campo social. Os gêneros, materialização textualizada dos discursos, estão, por isso, em constante redimensionamento e reconfiguração e a interpretação de um texto deve ser feita dentro do amplo domínio dos campos discursivos que o circundam pois nenhum texto esgota-se em si mesmo (Gregolin, 1997).

Se o campo social da produção dos sentidos é, assim, movente, o que caracteriza um determinado gênero, nesse complexo movimento discursivo de que se alimentam (e se reproduzem) as representações do imaginário coletivo? Como a função autor se articula com os vários gêneros discursivos, em uma determinada cultura, em uma certa época?

## LIÇÃO SOBRE A ÁGUA

Este líquido é água.  
Quando pura  
É inodora, insípida e incolor.  
Reduzida a vapor,  
Sob tensão e a alta temperatura,  
Move os êmbulos das máquinas que,  
por isso, se denominam  
máquinas de vapor.  
É um bom dissolvente.  
Embora com exceções mas  
de um modo geral,

Dissolve tudo bem, ácidos, bases e sais.  
Congela a zero graus centesimais  
E ferve a 100, quando a pressão normal.  
Foi nesse líquido que numa noite cálida de  
Verão,  
Sob um luar gomoso e branco de camélia,  
Apareceu a boiar o cadáver de Ofélia  
Com um nenúfar na mão.

(Antônio Gedeão. In: *Poesias Completas (1956-1967)*. Lisboa: Portugalíia, 1972)

Os efeitos de sentido, nessa “Lição sobre a água” se constituem por meio dos deslocamentos dos gêneros: é uma “lição” (gênero didático) sobre um objeto das ciências naturais (gênero científico) que tem, materialmente, a forma de um poema (gênero literário). O entrecruzamento entre esses três gêneros cria, ao mesmo tempo, o estranhamento e o poético: no início do texto porque a lição fala de um objeto da ciência natural sob a forma de um poema; a partir do momento em que se inicia a narrativa (*foi nesse líquido...*) o poema já não fala do mesmo objeto – poetizado, ele já é outro e nele jaz Ofélia *com um nenúfar na mão*.

Essa “lição sobre a água” pertence ao gênero literário porque na sua materialidade discursiva estão fundidas a forma (poema) e o conteúdo (a água,



deslocada do campo das ciências naturais para o campo do poético) que articulam o lingüístico ao histórico. Essa articulação é realizada pela inscrição, na materialidade discursiva, de uma assinatura de autor (Antônio Gedeão) com as referências sobre a obra, em certo momento do tempo e do espaço. É próprio do gênero literário essa evidência da autoria – e está nessa marca autoral o deslocamento operado sobre um saber científico (a água, enquanto objeto da ciência) que pode ser enunciado por qualquer sujeito em qualquer espaço e tempo. A assinatura indica a apropriação e o deslocamento de um saber, ancorando-o em um gênero, no espaço e no tempo. Esse nome de autor, segundo Foucault (1992), não transita do interior do discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas, de alguma maneira, bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os. A partir desse recorte - de um nome próprio situado no tempo e no espaço – a escrita literária adquire a corporalidade de um “autor” e, com ele, a representação estética de um estilo, de uma “obra”, de uma “autoridade” sobre o discurso aí enunciado. A atribuição de uma assinatura de autoria a um texto constitui a escrita como expressão de uma individualidade que fundamenta a autenticidade da obra, atribuindo ao autor a idéia de *invenção individual* e *criação original* (Gregolin, 1998). Por isso, a trajetória do autor pode ser pensada como a progressiva atribuição aos textos de um princípio de designação e de eleição às obras referidas a uma *auctoritas*, transformadas em *corpus* insistentemente citados, glosados e comentados. (Chartier, 1998: 56-57)

Ao concebermos a obra literária inserida na questão do “gênero discursivo”, pensamos nos usos sociais da literatura, na sua função dentro de uma determinada sociedade. Função não imediatamente utilitária, já que a *mimesis* não é a cópia da realidade, mas a atividade de reconhecimento, no “mundo da obra”, dos mundos verossímeis. Buscar a relação entre obra literária e sociedade significa tentar desvendar o que ela propicia enquanto portadora de um conhecimento que vai ser interpretado pelos leitores e levá-los ao reconhecimento da identidade/alteridade; entender o seu papel cognitivo e pragmático de levar o leitor a estabelecer laços imaginários com o “outro” e reconhecer-se, já que “*não é por si mesma que a obra literária significa, mas sim pelos processos de interpretação variados que colocam em ação as múltiplas dimensões do jogo com o real*” (Leenhardt, 1998). Tomando essa relação fundamental entre a literatura e a história na construção do imaginário de uma sociedade, podemos entender as formas de representação do *imaginário social* no discurso literário e compará-las com outros discursos com os quais a literatura dialoga no contexto histórico-social.

O texto literário está entre os textos que exigem, pela sua natureza, uma assinatura, em oposição a outros, que circulam no espaço social sob a névoa de um apagamento (como o texto científico) ou de uma “autoria coletiva” (como os provérbios, as máximas, etc.). No entanto, os deslocamentos entre os gêneros são constantes, fazem parte do jogo discursivo de produção de efeitos de sentidos.

É o que se pode observar acompanhando a construção na mídia de um personagem que entrou para o anedotário brasileiro: o ex-presidente do Corinthians Futebol Clube,



Vicente Matheus. Na semana de seu falecimento, vários periódicos veicularam enunciados a ele atribuídos como “máximas”:

“Quem está na chuva é para se queimar”      “O Sócrates é invendável, inegociável e imprestável”

“Isso é uma faca de dois legumes”      “Agradeço à Antártica pelas brahmas que nos mandou”

“Eles já falaram conosco. Agora é a vez de nosco falar com eles”

Essas “máximas” compõem uma espécie de “epitáfio”, no qual Vicente Matheus é trabalhado discursivamente por meio da citação de seu discurso<sup>(1)</sup>. Essa composição discursiva ressalta o papel de autoria de Matheus, pelos deslocamentos operados pela sua fala. Deslocamento operado sobre formas proverbiais, descristalizando sua forma tradicional (“Quem está na chuva é para se queimar”; “faca de dois legumes”) e, assim, ocupando a função autoria em um gênero normalmente “sem marca de autoria”; deslocamento operado, também, nos “equivocos” lingüísticos que atribuem novos sentidos a expressões da língua<sup>(2)</sup> ou desvelam a contradição de uma expressão como “brahma” (utilizada popularmente como sinônimo de “cerveja”), ao ser colocada ao lado de “Antártica”, ou, ainda, na descristalização do pronome “conosco”, dissolvendo o processo de aglutinação que o criou e o estabeleceu na língua. É exatamente por descerrar as “obviedades” do sistema – e, portanto, suspender as cristalizações ao realizar um uso desviante na materialidade discursiva (léxico-sintático-semântica) do enunciado – que a Vicente Matheus é atribuída a função autoria. Esta se instaura nesse jogo entre discursividades (Pêcheux, 1997), entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, susceptíveis de respostas unívocas (os provérbios, as normas do sistema) e formulações irremediavelmente equívocas (o desvio daquilo que, pelas coerções do gênero ou do sistema lingüístico, não pode ser alterado).

Os texto da mídia, ao recolherem as “máximas de Vicente Matheus”, ao mesmo tempo em que reconhecem a sua função de autor, realizam um novo deslocamento: constroem o efeito humorístico no retorno desse nome próprio, cuja operação de desvio é interpretada como “ignorância”, “analfabetismo”, etc. Na interpretação desse nome, marcado pela historicidade, podemos apanhar alguns fios da rede de sentidos fiada pelo discurso no jogo da língua na História. Faz parte da memória coletiva um conjunto de enunciados atribuídos a Vicente Matheus, todos

---

1. Os textos figuraram nas revista *Istoé* (nº 1429) e revista *Veja* (nº 1483), de 19/02/97.

2. A derivação de “imprestável”, provoca o riso na medida em que é correta do ponto de vista da lógica da língua, mas desviante do ponto de vista semântico. O equívoco ocorre porque o sujeito julga estar derivando “imprestável” do verbo “emprestar”.



marcados por esse processo desviante<sup>(3)</sup>; a cada retorno a esse nome próprio (e à sua “obra”) enfatiza-se a sua desqualificação por meio da atribuição da autoria.

A interpretação desse nome de autor – como o do texto literário – é possível porque, inserido na História, o sujeito constrói o seu dizer no repetível (no interdiscurso, na memória discursiva do discurso científico, na “Lição sobre a água”, dos provérbios e do sistema nas “Máximas de Vicente Matheus”) mas, ao mesmo tempo, ocupa uma posição de autoria ao deslocar-se do já-dito, ao movimentar-se e garantir a unicidade e a coerência do discurso. Esse movimento, que conjuga os retornos e os avanços, mostra que o discurso não surge *como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe*, mas que *só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação – reestruturação dessas redes e trajetos*. (Pêcheux, 1997: 56)

### 3. A autoria, aberturas de campos

A função autor não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as culturas. Por isso, o estudo da atribuição de autoria a um texto – com suas complexas redes de sentido – leva à reflexão sobre os gêneros e sobre o sujeito do discurso. Nas palavras de Foucault (1992: 70), o exame da autoria permite reexaminar os *privilégios do sujeito*, indagar as condições e as formas que regem o seu aparecimento na ordem dos discursos: *enfim, trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso*.

RESUMO: Tomando o conceito foucaultiano de “função autor”, entendido como a relação que um texto estabelece com um sujeito, este artigo objetiva investigar os efeitos de sentido construídos pela autoria em diferentes gêneros discursivos.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria; Discurso; Sentido; Gênero.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277-326.
- CERTEAU, Michel de. Etno-grafia. A oralidade ou o espaço do outro. Em: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 211-242.
- CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2.ed. Brasília: Editora UNB, 1998, p. 33-66.

---

3. No *site* oficial do Corinthians, na Internet, há uma biografia de Vicente Matheus onde é listado um conjunto desses enunciados ([www.corintimão.com.br](http://www.corintimão.com.br)).





- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O que é um autor?*. Porto: Vega, 1992.
- GREGOLIN, M.R.V. Discurso e memória: movimentos na bruma da História. In: POSSENTI, S. e CHACON, L. (orgs.). *Análise do Discurso*. Marília: FCF-UNESP, 1997, p. 45-58.
- GREGOLIN, M.R.V. O Autor, o texto e o leitor: em torno de O Lobo e o Cordeiro. Em: *Revista JELL*. Candido Rondon, PR, 1998, p. 11-19.
- LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura. Em: LEENHARDT, J. e PESAVENTO, S.J. (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 41-50.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Pontes, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.